

## Desafios e reflexões na prática docente: perspectivas de professores frente à inclusão de alunos surdos

Jaquelyne de Lacerda Sousa <sup>[1]</sup>, Juçara Lídia de Araújo Ângelo <sup>[2]</sup>

[1] jack\_ispombal@hotmail.com. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) - Campus Patos.

[2] jussara\_lidia@hotmail.com. Secretaria Municipal de Educação de Piancó (PB)

### RESUMO

A inclusão tem como princípio o atendimento a todos, o respeito às diferenças, valorização de uma educação que contemple as subjetividades dos sujeitos surdos, mudanças de metodologias e políticas públicas para promover a participação e uma aprendizagem satisfatória. Portanto, essa pesquisa objetiva analisar quais os desafios encontrados pelos docentes para inclusão efetiva dos alunos surdos de duas escolas públicas do município de Pombal-Paraíba. O procedimento metodológico empregado foi uma pesquisa bibliográfica e de campo, na qual utilizou-se um questionário online, viabilizado pelo Google Docs. Os autores analisaram os dados gerados a partir das respostas dos participantes, inferindo-se que esses compreendem a importância da inclusão, porém vivenciam desafios no trabalho com alunos surdos e afirmam não estarem preparados, pois além da falta de capacitações, os docentes não sabem Libras, o que dificulta ainda mais a comunicação entre professor e aluno. Há também a necessidade de materiais específicos para o desenvolvimento das atividades e os docentes ainda estão bastante dependentes do intérprete para desenvolver o conteúdo juntos aos discentes. Assim, por meio da discussão realizada, conseguimos alcançar os objetivos almejados e, assim, esperamos que o trabalho sirva como norteamento para o desenvolvimento de novas pesquisas, possibilitando aos leitores entender e/ou ampliar os conhecimentos sobre a discussão aqui levantada.

**Palavras-chave:** Alunos surdos. Desafios educacionais. Inclusão. Prática docente.

### ABSTRACT

*Inclusion has as a principle the service to all, respect for differences, valuing an education that contemplates the subjectivities of deaf subjects, implies changes in methodologies, public policies, to promote participation and satisfactory learning. Therefore this research aims to analyze the challenges faced by teachers for the effective inclusion of deaf students from two public schools in the municipality of Pombal-Paraíba. The methodological procedure used was a bibliographic and field research, which used an online questionnaire, made possible by Google Docs. We analyze the data through content analysis. We realized, from the responses of the participants, that they understand the importance of inclusion, but they experience challenges in working with deaf students and say they are not prepared, because, in addition to the lack of training, they do not know Libras, which makes communication even more difficult between them. There is also a need for specific materials for the development of activities and the teachers are still quite dependent on the interpreter to develop the content together with the students. Thus, with the discussion carried out, we were able to achieve the desired objectives and thus, we hope that the work will serve as a guide for the development of new research, enabling readers to understand and / or expand the knowledge about the discussion raised here.*

**Keywords:** *Keywords: Deaf students. Educational challenges. Inclusion. Teaching practice.*

## 1 Introdução

A inclusão se constitui como uma atitude positiva, que tem por objetivo atender a todos, sem distinção, de modo a garantir uma educação de qualidade aos indivíduos. Ainda tem como princípio norteador o respeito às diferenças, a igualdade de oportunidades e valoriza uma educação que contemple as subjetividades e necessidades dos sujeitos surdos, o que implica mudanças de posturas, metodologias e políticas públicas, para que de fato possa promover o acesso, a participação, o envolvimento e um processo de ensino-aprendizagem satisfatório.

Conforme pesquisa realizada por Rocha (2017), a inclusão se configura com inúmeros desafios para os professores, visto que os obriga a repensar suas metodologias, sua cultura e adotar uma postura e habilidades que sejam condizentes com as características de cada aluno. Além disso, uma pesquisa feita por Marques (2017), fala da responsabilidade do estado em oferecer capacitações para os professores, porém, argumenta que na prática ainda é comum essa omissão, gerando enormes problemas para os referidos em dar continuidade a sua formação, uma vez que existe a falta de recursos humanos e materiais, ou não há coerência entre a teoria e prática. Tavares e Silva (2017) em uma análise acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras, também pontua desafios sobre a falta de comunicação entre professor e aluno surdo, sendo esse fator um peso no processo de aprendizagem e na inclusão, podendo acontecer pelo fato do docente não ter domínio das Libras e essa comunicação só poder acontecer quando a intérprete está presente.

De tal modo, este estudo, indaga: Quais os desafios encontrados pelos docentes para inclusão efetiva dos alunos surdos de duas escolas públicas do município de Pombal-PB? Nesse sentido, terá como respaldo teórico-metodológico, os seguintes autores e documentos oficiais: Rocha (2017); Fini e Fetzner (2017); Brasil (2001); Lacerda (2006); Mantoan (2003); Brasil (1996), entre outros.

Temos como objetivo geral analisar quais os desafios encontrados pelos docentes para inclusão efetiva dos alunos surdos de duas escolas públicas do município de Pombal-PB, ou seja, verificar de que forma o currículo está sendo produzido na escola para atender de maneira efetiva os discentes surdos; identificar o que os professores entendem por inclusão

e descrever como os educadores desenvolvem suas práticas inclusivas no cotidiano de seu trabalho.

Essa pesquisa visa oportunizar no campo social e acadêmico, um maior conhecimento sobre o assunto, a ampliação de trabalhos na área, elucidando as dificuldades enfrentadas pelos professores no cotidiano da sala de aula para possibilitar uma educação inclusiva e, ainda, trazer informações sobre a importância de se pensar um currículo que atenda todos os alunos de forma integral. Constituindo-se, dessa forma, como um material teórico-metodológico que poderá ser utilizado como suporte/incentivo para o desenvolvimento de novas pesquisas.

## 2 Currículo e a inclusão dos alunos surdos na escola

Demorou muito tempo para que as pessoas com deficiência passassem a serem vistas como sujeitos históricos de direitos, produtoras de uma cultura e capazes de se desenvolver. A concepção de inclusão atual foi se construindo ao longo da história da humanidade, de acordo com as mudanças sociais, políticas, culturais e educacionais. Anteriormente, as pessoas que possuíam alguma deficiência eram incapazes de exercer seu papel de cidadão, pois ficavam totalmente excluídas da sociedade, não podiam exercer nenhuma atividade trabalhista, a igreja as considerava como aberrações, seres endemoniados, sendo tirada dessas até mesmo o direito a vida.

Essa era a fase da segregação social, na qual as pessoas com deficiência, consideradas naquela época como excepcionais, eram inferiorizadas intelectualmente. Havendo a separação de alunos ditos “normais” dos “anormais”. Os ambientes destinados para educação dos educandos com e sem deficiência eram diferentes, esses “não se misturavam”. O ensino era diferenciado, o que vigorava era o assistencialismo em detrimento da Educação. Para irem às escolas especiais, eram feitos testes seletivos, nos quais analisavam a deficiência que possuíam, para que pudessem ser direcionados a uma instituição especializada em sua deficiência. Martins (2004, p. 25) diz que:

Por muito, tempo as pessoas portadoras de deficiência foram vistas como pessoas diferentes, doentes e, até mesmo, inúteis. Foram alvos de atitudes, as mais diversas, que envolveram desde o extermínio ou a marginalização total, até a busca da inclusão plena na sociedade.

Os estudiosos refletindo sobre a ineficiência desse atendimento, começaram a pensar na criação de outro método, que pudesse vir a contribuir com a melhora do desempenho dos alunos. Assim, surge a integração escolar. Essa fase se diferencia da anteriormente citada, dado que o seu principal objetivo era a escolarização dos deficientes, considerados naquela época como portadores de necessidades especiais, a permitindo estes exercerem o seu papel de cidadão. Portanto, pessoas com deficiências passaram a integrar o mesmo ambiente educativo das pessoas ditas “normais”, porém ainda não recebiam os mesmos ensinamentos, ficavam em classes especiais. Diversas leis foram criadas neste período, mas não foram suficientes para oferecer uma Educação de qualidade a esses alunos, tendo em vista que faltavam materiais pedagógicos que atendessem às especificidades de cada um, que além de todas as dificuldades, tinham a obrigação de se adaptar a realidade das escolas. Aqueles que não conseguiam o feito de atingir o que era proposto no decorrer do ano letivo, não progrediam de série até apresentassem um desempenho padrão exigido.

No segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, começaram estudos de uma nova fase educativa, a Inclusão Escolar. Tal acontecimento foi instigado por vários documentos: a Constituição Federal de 1988, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (de Jomtien, 1990), a Declaração de Salamanca de 1994, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que determina que as escolas atendam a todos, sem qualquer restrição e garanta seu desenvolvimento segundo suas necessidades educacionais específicas.

A partir da Declaração de Salamanca (1994) o Brasil oficializou as discussões acerca da Educação Especial, apresentando uma nova visão para a educação da pessoa com deficiência. Neste sentido, Salamanca (1994, p. 1-2) disserta que:

[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deverá acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

Dessa forma, veio propor meios de restituir uma igualdade, sendo a escola responsável por se adaptar, organizar seu currículo. Para isso, é preciso construir-se um ambiente de gestão que acolha todas

as diferenças existentes, sem se limitar a escolhas, e sim a aceitação.

Brasil (2015, Art. 1º) promulgou a Lei nº 13.146, denominada:

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Sendo assim, a inclusão escolar traz consigo muitas indagações e frustrações para ser aplicada de modo a atender os direitos educativos do seu público alvo. Surgiu com intuito de transformar a sociedade em democrática, para que todos tenham acesso de forma igualitária a oportunidades, principalmente aqueles que possuem algum tipo de deficiência, que são, na maioria das vezes, excluídos do contexto social ao qual estão inseridos. Mantoan (2003, p. 20) pondera que,

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Nesse viés, os autores entendem que a inclusão como um pensar em todos, sem impor critérios, vendo seus alunos em suas especificidades, a fim de garantir uma educação inclusiva, que considere as diferenças e que esses jamais sejam desvalorizados e inferiorizados. Assim, não é posto um modelo de sujeito ideal, com identidade fixa, mas, é posto um cenário aberto para receber a diversidade. Sobre isso, Lacerda (2006, p. 166) assegura que:

A defesa deste modelo educacional se contrapõe ao modelo anterior de educação especial, que favorecia a estigmatização e a discriminação. O modelo inclusivo sustenta-se em uma filosofia que advoga a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais, cujo ponto central está na relevância da sociedade aprender a conviver com as diferenças. Contudo, muitos problemas

são enfrentados na implementação desta proposta, já que a criança com necessidades especiais é diferente, e o atendimento às suas características particulares implica formação, cuidados individualizados e revisões curriculares que não ocorrem apenas pelo empenho do professor, mas que dependem de um trabalho de discussão e formação que envolve custos e que tem sido muito pouco realizado.

A autora afirma sobre as dificuldades que existem para sustentar um modelo inclusivo no ambiente escolar, pois demanda de cuidados individualizados, de um olhar reflexivo e atento às especificidades dos sujeitos, e não só cabe ao professor colocar em prática, mas também a todo o sistema. Contudo, como isso requer custos altos, ainda é comum percebermos práticas nesses ambientes que não condizem com a inclusão. Trazendo para o contexto da pesquisa, que são os alunos surdos, esses, mesmo sendo matriculados no ensino regular, nem sempre recebem o apoio necessário para continuar sua escolarização, dado que, como o número de profissionais capacitados é baixo, não se pensa em um currículo adequado, logo, não se utiliza a sua língua natural (a Língua Brasileira de Sinais- Libras, no caso do Brasil), bem como não há um intérprete que auxilie nesse processo de comunicação. A somatória de todos esses fatores corrobora o impedimento do processo inclusivo. Lacerda (2006, p. 168), diz:

[...] A fragilidade das propostas de inclusão, neste sentido, residem no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria ideia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes.

A autora afirma que mesmo havendo leis e discursos que prezam por uma inclusão, a realidade contradiz, porque ainda se encontram alguns desafios à Educação Inclusiva, que são: falta de preparação e conhecimento dos profissionais acerca da temática; poucos ou nenhuns recursos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades; barreiras arquitetônicas e institucionais muitas vezes

encontradas, como a falta de acessibilidade, tanto física quanto pedagógica, dentre outros.

Portanto, o ato de incluir não deve se limitar apenas a realizar matrículas no ensino regular de pessoas com deficiência, mas requer do sistema educacional também buscar meios que possam dar possibilidades de assegurar um suporte necessário, uma formação de qualidade aos seus profissionais, para que desenvolvam sua ação pedagógica de modo eficaz, contando com apoio de recursos diversos que auxiliem no processo de inclusão de todos.

### 3 O currículo na educação dos alunos surdos

Ao pensar um currículo na educação de alunos surdos, devemos defender um que seja multicultural, que respeite a todos, que trate os indivíduos não como uma pessoa incapaz, deficiente, que não pode alcançar os objetivos, mas sim, como um ser que se difere dos ouvintes apenas na sua forma de se comunicar, interpretar e entender o mundo. Devemos, pois, refletir a cerca de um currículo que crie condições para facilitar o processo de ensino aprendizagem dos sujeitos, que não viabilize a exclusão, mas favoreça uma educação verdadeiramente inclusiva. Assim como preceitua Brasil (1996, Art. 59):

[...] que os sistemas de ensino devem oferecer currículo, métodos, recursos, organização específicos para atender as necessidades dos educandos, sempre considerando as características do aluno, seus anseios, condições de vida e de trabalho, mediando cursos e avaliação.

Dessa forma, é necessário que tenhamos em nossas escolas currículos e metodologias que sejam adaptadas para receber o aluno surdo; que leve em consideração suas subjetividades, que respeite suas diferenças, e que não os vejam como inferiores ou menos desenvolvidos. Assim, é preciso transformar o ambiente da sala de aula em um espaço acolhedor, que promova discussões e que, por meio do diálogo, possamos elencar temáticas que façam sentido para os alunos, permitindo que eles também participem, exponham sua opinião sobre o assunto, de modo a superar um currículo que seja reduzido a conteúdos já pré-estabelecidos, no qual todos são submetidos às mesmas formas de avaliações, mesmas explicações, como se todos fossem iguais, aprendessem no mesmo

tempo e ritmo. Nesse tocante, Fini e Fetzner, (2017, p. 200) argumentam:

Para superar esta pedagogia da homogeneização, é necessário refletir sobre práticas pedagógicas em uma perspectiva libertadora, em que o currículo é construído por meio do diálogo entre professor e estudantes, ultrapassando o que é imposto pelo currículo oficial, fazendo modificações de acordo com a necessidade dos estudantes. Por isso, é quase impossível cumprir com o currículo proposto pela escola, pois não tem como trabalhar os mesmos conteúdos, todos os anos, do mesmo jeito, com estudantes diferentes.

Os planos de ensino não devem ser individualizados, pensados isoladamente para um grupo de alunos, uma vez que estaria reforçando a exclusão. É preciso ser contextualizado, pensando na realidade e conhecimentos dos diversos sujeitos. Para que aconteça uma educação para emancipação, é necessário que os profissionais da educação criem espaços educacionais que leve os alunos a ampliar suas visões de mundo, que não comprometam o desenvolvimento dos discentes e esses sejam prejudicados. Dessa forma, deve-se pensar em atividades que possam ser significativas tanto para os surdos quanto para os ouvintes, rompendo o que chamamos de homogeneização do ensino, promovendo a interação e trocas significativas, nas quais se possa aprender com o outro, com o diferente. Fini e Fetzner (2017, p. 200-201) discorrem:

Portanto, por sermos sujeitos diferentes, nossas práticas também serão diferentes. Assim como os estudantes, não podemos tentar colocá-los em “forminhas” na ilusão de que todos são iguais. Cada um tem o seu tempo de aprendizagem, sua forma de compreender e entender o mundo, experiências de vida distintas, valores e comportamentos diferentes que precisam ser levados em consideração. Caso contrário, o estudante pode desinteressar-se pela escola, porque esta discute assuntos que pra ele não tem sentido.

Nesse sentido, para que ocorra a inclusão dos surdos no ensino regular, é necessário, que os docentes analisem se os conteúdos que estão sendo priorizados no currículo acolhem as especificidades do discente,

se dar a ele o poder de construir o conhecimento, sua identidade, independentemente de suas diferenças.

Portanto, o processo de inclusão exige da escola uma reorganização das suas práticas, uma inovação dos seus profissionais, utilização de metodologias que priorizem o diálogo, a cultura surda e sua Língua natural, que é a Língua de Sinais. Conforme Brasil (2002) no seu Art. 1º,

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Dessa forma, quando a Libras é priorizada no contexto de sala de aula, todas as crianças surdas do contexto escolar podem se beneficiar com adequação do currículo, uma vez que será o centro do processo.

#### 4 A importância da formação do educador: subsídios para uma educação inclusiva de alunos surdos

Educar requer dos educadores assumir uma atitude de coragem e ousadia, que vai muito além de um comunicar-se e ir de encontro com o aluno. É uma atividade que carece de um olhar atento, reflexivo, de um cuidado especial. Para exercer tal função, é preciso que o educador tenha uma boa formação e esteja apto para compreender o nível de desenvolvimento que o educando se encontra. Não existem receitas prontas de como guiar o ensino, mas é imprescindível que o professor, enquanto facilitador da aprendizagem, se coloque em constantes reflexões, em um conjunto de inquietações, bem como de retificações de sua prática educacional, além de estar em formação contínua.

Compreendemos ser o professor um dos indivíduos mais essenciais na implementação de uma Educação inclusiva, para subsidiar que esta aconteça, é importante que o educador se qualifique, tenha uma boa formação, construa saberes diversificados para adotar uma postura ativa e significativa, de modo a realizar uma prática consciente, adequada, para alcançar efeitos proveitosos, benéficos, e dessa forma, preparar, guiar, delinear sua atuação educativa. Para isso, Andrade (2010, p. 164) assinala que:

A formação docente não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimento de forma estática, como cursos, teorias, leituras e técnicas, mas sim como a contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor. Esse processo deve estar vinculado à concepção e à análise dos contextos sociais e culturais, produzindo um conjunto de valores, saberes e atitudes encontrados nas próprias experiências e vivências pessoais, as quais imprimem significados ao fazer educativo.

Em vista disso, a formação do professor trará ainda mais conhecimentos sobre a realidade educativa, fazendo com que ele desenvolva aprendizado acerca da inclusão e, assim, na medida em que este se torna consciente do seu papel, irá desempenhar atividades da melhor maneira possível, de forma a favorecer um contexto significativo para os alunos surdos. Desse modo, uma boa formação é crucial, pois irá propiciar ao docente compreender as especificidades de cada criança e, conseqüentemente, possibilitará a essas um desempenho satisfatório, mais significativo, contribuindo para que se tornem sujeitos autônomos, dispostos e prontos para viver em sociedade. Saviani (2010, p. 53, *apud* MARQUES, 2017, p. 2108) explicita que:

[...] a formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

Assim sendo, a formação contínua do professor torna-se essencial, pois por meio dela o referido poderá adquirir subsídios para conduzir seu alunado de maneira inovadora, facilitando a dissolução dos obstáculos da sua sala de aula e retirando qualquer aspecto referente à integração, viabilizando a inclusão e, conseqüentemente, priorizando um ensino que atenda a todos, sem distinção, com garantia de acesso e permanência de alunos surdos com qualidade, na

medida em que estará consciente das necessidades de cada sujeito. Dessa maneira, é fundamental haver adaptações no seu currículo e mudanças de metodologias.

Portanto, requer dos profissionais também buscar meios que possam dar possibilidades de assegurar um suporte necessário, uma formação de qualidade para que desenvolvam sua ação pedagógica de modo eficaz, adequada às necessidades de seus alunos, contando com apoio de recursos diversos que auxiliam a mediar à inclusão de todos. Rocha (2017, p. 2) aponta:

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re)pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro.

Assim, a argumentação da autora vem para reafirmar o que já havia sendo explicitado no decorrer desse tópico. A formação permite ao educador organizar suas práticas com antecedência, rever o que deu certo e o que não deu, para tentar melhorar. Além do mais, possibilita reconhecer a diversidade e respeitar as especificidades de cada aluno. Tudo isso se faz primordial para impedir que as diferenças se transformem em desigualdades entre os estudantes, ao passo que possibilita igualdades de oportunidades. Sobre isso, Gonçalves e Festa (2013, p. 2) argumentam que:

A presença do aluno Surdo em sala exige que o professor reconheça a necessidade da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo, o aluno Surdo está na escola, então cabe aos professores criar condições para que este espaço promova transformações e avanços a fim de dar continuidade a um dos objetivos da escola, ser um espaço que promove a inclusão escolar.

Diante disso, compreendemos que a educação inclusiva se configura como um desafio para o professor, na medida em que os obriga a repensar suas metodologias, sua forma de ensinar, sua postura diante da diversidade, para que, assim, possa adotar estratégias pedagógicas que promova um ensino-aprendizagem satisfatório para os alunos

surdos. Sabemos que não é apenas do professor a responsabilidade de incluir esses sujeitos no ambiente educacional, mas, infelizmente, é ele o mais cobrado para que isso aconteça. Paulon (2005, p. 9) assevera:

Sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nessa área referem-se ao auxílio de um professor especialista e à necessidade de uma equipe de apoio pedagógico. Porém, a solicitação destes recursos costuma ser proposta apenas naqueles casos em que o professor já esgotou todos os seus procedimentos e não obteve sucesso.

A autora argumenta que, para acontecer uma educação inclusiva, é necessário o envolvimento de toda uma equipe interdisciplinar. Todas as mudanças e atitudes adotadas devem ser pensadas em conjunto, cada um dando sua contribuição de acordo com sua função no sistema, inclusive o estado, que deve dar condições, recursos materiais e pessoais para apoiar essa causa. Então, o professor com suas formações e com esse apoio pedagógico, poderá realizar grandes coisas na sala de aula.

Ainda as autoras observam que na realidade o docente só recebe esse apoio quando tem esgotado todas as possibilidades de trabalho e não obteve êxito, o que se caracteriza como um ponto negativo para a inclusão, tendo em vista que sabemos o quanto essa é complexa e que diante das diferenças e necessidades dos sujeitos, uma única pessoa pouco pode contribuir para transformar a realidade. Sobre isso, Mantoan (2007, p. 22) disserta que:

[...] é preciso estar atento, pois combinar igualdade e diferenças no processo escolar é andar no fio da navalha. O certo, porém, é que os alunos jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças, seja nas escolas comuns, seja nas especiais.

Portanto, todos os envolvidos no processo de inclusão precisam ter mentes abertas, de maneira a enxergar e aceitar que todos os alunos são diferentes

e a partir disso, possibilitar apoio ao professor para utilizar práticas pedagógicas que não inferiorize nem desvalorize as capacidades e dificuldades dos alunos, não seguindo uma mesma rotina diariamente, pois quanto mais mudanças de práticas, mais oportunidades serão dadas as pessoas que têm limitações. Tudo isso poderá contribuir para a aprendizagem e o bem estar dos alunos com deficiência, excluindo qualquer indício de evasão escolar desses.

## 5 Método da pesquisa

Esse estudo teve como modalidade de pesquisa a abordagem qualitativa, com o intuito de aprofundar a compreensão da temática estudada, de acordo com os objetivos que estabelecemos, no qual se fará uso da pesquisa bibliográfica e de campo. Sobre essa abordagem de pesquisa Gonçalves (2001, p. 68) relata que: “[...] preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão as suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

Portanto, justifica-se a escolha por essa abordagem, por ser uma forma positiva, na medida em que se preocupa com o aprofundamento da compreensão sobre o objeto estudado, além disso, tem a função de relacionar de modo contínuo a relação existente entre sujeito e objeto, possibilitando uma maior compreensão da temática abordada.

Ao fazer-se uso de tais abordagens à luz das teorias fundantes do objeto de estudo, torna-a ainda mais enriquecedora, haja vista que, oportuniza a realização de discussões e reflexões acerca dos apontamentos feitos por outros autores e, em consonância, com a pesquisa de campo torna-se viável confrontar os dados obtidos com a literatura.

Essa pesquisa foi realizada em duas escolas da rede municipal de ensino na cidade de Pombal, um município do estado da Paraíba. A amostra da pesquisa foram sete professores que compõem o quadro de funcionários dessas instituições, e que possuem em suas turmas de ensino, alunos surdos.

Buscando alcançar os objetivos propostos, foi escolhido como instrumento para coleta de dados, um questionário online viabilizado através do aplicativo Google Docs, com perguntas para identificar o perfil sociodemográfico da amostra, contendo questões como: idade, sexo, formação acadêmica, tempo de atuação no magistério, entre outras, e também perguntas específicas sobre o assunto pesquisado, que

permitirá que os participantes respondam estas com base em suas concepções a cerca do tema abordado.

Para processar e analisar os dados, o método de Análise de Conteúdo (AC) foi utilizado, proposta por Bauer (2002). Segundo ele (BAUER, 2002, p. 193), as análises podem ocorrer levando em consideração duas dimensões, sendo elas: sintática e semântica, sendo a segunda a que optamos por utilizar nesta pesquisa: “dirige seu foco para relação entre os sinais e o sentido normal - sentidos denotativos e conotativos em um texto”.

## 6 Resultados e discussão

Com intuito de atingir os objetivos da pesquisa, realizamos a aplicação de um questionário online, composto por quinze questões, contendo sete questões a para conhecer o perfil sociodemográfico dos participantes, como: faixa etária, idade, sexo, vínculo empregatício, formação, tempo de atuação no magistério, dentre outras e, outras oito para compreendermos de fato como acontece a prática docente e a inclusão dos alunos surdos nas turmas em que os participantes atuam.

Adentrando nas perguntas mais específicas acerca da temática, foi perguntado: **O que você entende por inclusão?** Ficou perceptível a partir das respostas dos participantes que todos compreendem o que é o processo de inclusão, sua função e importância. Conforme pode ser observado abaixo:

**P3:** Entendo que inclusão seja um processo atender todas as pessoas sem exceção. Isso no sistema de ensino.

**P5:** É o ato de incluir na sociedade pessoas historicamente excluídas do processo de socialização, como negros, indígenas, pessoas com necessidades especiais, e entre outros.

**P6:** Oferecer a alguém às mesmas oportunidades e condições que é dada a outras pessoas.

Por meio das respostas dos entrevistados acima, as autoras perceberem uma semelhança na opinião de ambos, na medida em que todos entendem a inclusão como um processo de acolhimento das diferenças, da igualdade de oportunidades, de atender a todos sem distinção e de haver um respeito mútuo. Segundo Mantoan (2003, p. 55), “incluir implica em acolher a todos os membros de um dado grupo, independentemente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos, diferentes

uns dos outros e, portanto, sem condições de serem categorizados”. Ainda menciona que:

A inclusão é, portanto, um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras que sustentam a exclusão em seu sentido mais lato e pleno. Aplica-se a todos os que se encontram permanente ou temporariamente incapacitados pelos mais diversos motivos, a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem.

Dessa forma, as autoras entendem que a inclusão é um processo que traz esperanças para aqueles que por muito tempo permaneceram excluídos, que tiveram seus direitos ceifados. São portas que se abrem para igualdade, dignidade e para um desenvolvimento deveras satisfatório. Porém, as autoras sabem que essa tarefa não é fácil de ser realizada, requerendo dos envolvidos muita disposição, coragem, comprometimento e uma formação adequada para atender a todas as demandas.

Nesse viés, foi indagado aos participantes: **Você se sente preparado para o processo de inclusão de alunos surdos? Justifique.** Como respostas obtidas:

**P2:** Não, pois não compreendo a linguagem.

**P4:** Não, devido a falta poucos cursos de capacitação.

**P5:** Não. Pois não fiz nenhuma especialização e nenhum curso de capacitação.

**P7:** Não, pois não conheço a língua de sinais-Libras.

Destaca-se aqui, a partir das respostas, um grande impasse para que de fato a inclusão aconteça nas turmas que esses alunos surdos estão inseridos: os próprios professores afirmaram não estarem preparados, seja por que não participaram de cursos de capacitação, não têm especialização, não conhecem a Libras para se comunicar com esses alunos, o que é bastante preocupante, pois sabemos que se o mediador da aprendizagem, que é o professor, não tem conhecimentos, não se sente seguro, preparado de como fazer a mediação do aluno surdo ao conteúdo, a aprendizagem dele se encontra inquestionavelmente comprometida. Diante disso, percebe-se que esse é um desafio para o professor, para desenvolver uma prática inclusiva.

Conforme Rocha (2017, p. 7) “[...] Muitos professores encontram dificuldades em trabalhar

com a diversidade, demonstrando insegurança para desenvolver seu papel, pois não existe uma fórmula correta para lecionar diante das especificidades que cada aluno apresenta, sendo o aluno deficiente ou não." Nesse sentido, quando o docente se vê diante de alunos com necessidades diferentes, cada um com especificidades que requer uma maior atenção, um maior conhecimento para isso e não possui nenhuma formação para tal, esse se enxerga realmente perdido, inseguro sem saber como atuar.

Pensando nisso, a seguinte pergunta aos participantes foi realizada: **Você recebeu formação para promover a inclusão de alunos surdos? Se sim, como foram essas orientações? Em que momentos ocorreram?** Os participantes responderam:

**P2:** Não

**P5:** Não.

**P6:** Não recebi essa formação!

**P7:** Não

Os participantes afirmaram que não receberam formação para atuarem com alunos surdos na sala de aula, o que se configura como um enorme problema e outro grande desafio. Como o estudo realizado neste artigo mesmo propõe, incluir não é apenas inserir o aluno surdo na escola, mas também é essencial que o estado dê um suporte e condições adequadas aos profissionais que estão envolvidos nesse processo de inclusivo. Há uma grande necessidade de políticas que priorizem a formação continuada dos professores, oferecendo a estes palestras, cursos, especializações, para que esses profissionais verdadeiramente adquiram uma infinidade de conhecimentos, se atualizem e passem a desenvolverem novas habilidades para sua atuação pedagógica em pró da educação do aluno surdo, pois quando a escola só joga aquele aluno na sala de aula e não oportuniza capacitações para seus profissionais, não dispõe de materiais pedagógicos para auxiliar nas práticas docentes, está realizando um papel inverso: ao invés de promover a inclusão, transforma essa em exclusão.

Sobre essa formação continuada e qualificação docente, a Resolução n. 02/2001-CNE/CEB, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, assegura que: "Art. 18, §4º. Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (BRASIL, 2001).

Dessa maneira, é preciso que as políticas públicas, os órgãos competentes priorizem programas de capacitação e um acompanhamento que norteiem a prática pedagógica docente, na tentativa de reduzir as dificuldades que esses enfrentam e prepará-los para desempenhar o seu papel de forma crítica e consciente diante da diversidade dos seus alunos, de modo a utilizar de estratégias apropriadas para favorecer a inclusão e contribuir com uma maior aprendizagem de todos.

Ainda sobre a formação continuada, o Plano Nacional de Educação (PNE), argumenta que: "Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar seja preparado para atendê-los adequadamente" (BRASIL, 2000, p. 87). Portanto, priorizar uma formação continuada é respeitar e valorizar as aprendizagens e necessidades dos discentes, sendo esses fatores essenciais para a realização de um trabalho eficaz e consciente pelos profissionais.

Por conseguinte, foi perguntado: **Como você desenvolve o conteúdo junto aos alunos surdos? O currículo contempla adaptações ou recursos para atender de maneira efetiva os discentes surdos? (em relação ao planejamento, as estratégias e os recursos utilizados).** Visualiza-se nas respostas que alguns participantes recorrem ao intérprete, outros afirmam que o conteúdo é apresentado da mesma maneira para ambos os alunos.

**P1:** Na medida do possível. Como já disse vai depender muito de um intérprete.

**P2:** Com a ajuda do intérprete

**P3:** O conteúdo é desenvolvido da mesma maneira que os demais alunos. Porém, utilizando-se de figuras. .

**P5:** Da mesma forma dos demais. Não.

**P6:** Dentre minhas práticas docente não há um arranjo no contexto de adaptação para alunos com necessidades especiais. Nesse sentido, a escola conta com o apoio de profissionais qualificados para essa prática educacional/social.

Analisando as respostas, os autores deduzem que o currículo que as escolas seguem é pré-estabelecido, que não tem como foco diretamente a inclusão, as dificuldades e diversidade dos alunos. Na fala de alguns participantes, dar-se a entender que os intérpretes que exercessem a função de conduzir o conteúdo

para que os alunos surdos compreendam, embora se saiba que a responsabilidade do intérprete não é pensar metodologia/estratégia/recursos de ensino, é apenas de interpretar. Então, se o discente não recebe o conteúdo, os recursos adaptados para sua deficiência, tende a possuir ou adquirir um déficit no seu aprendizado, tornando a aula angustiante, exaustiva e desinteressante para ele. E sabe-se que não é só o professor que tem essa responsabilidade de procurar alternativas mais eficazes para educação desses discentes, mas também o estado deve oportunizar subsídios, suporte nessa reorganização escolar e do currículo, incorporando a ele práticas renovadas, adaptações físicas no ambiente educacional. A inclusão se configura nesse caminhar de inovações, exigindo dos envolvidos esforço e atualização. Oliveira *et al* (2020, p. 11) aponta justamente para essa reestruturação:

[...] para que o processo de inclusão se efetive, é necessária a reformulação de todo o contexto educacional. A transformação no meio inclusivo possivelmente, se dará a partir de tomadas de medidas acessíveis, que vão desde espaços físicos-estruturais à reorganização curricular, perpassando pela acessibilidade cultural e linguística de seus educandos. Assim, visando atender à diversidade presentes no ambiente educacional, é preciso reflexão contínua acerca da atuação do profissional docente, reconhecendo suas dificuldades e limitações de formação e atuação, além da promoção de políticas públicas inclusivas.

Dessa forma, todos os envolvidos nesse processo devem ter um olhar diferenciado, atento para cada aluno, de maneira a identificar e compreender o que de fato é essencial para o aprendizado e inclusão desses, levando em conta suas limitações, dificuldades, e assim tornar o espaço escolar e os conteúdos mais atraentes e prazerosos.

Na questão seguinte, foi indagado aos professores: **Tem conhecimento da Língua de Sinais – Libras?** Quatro dos professores falam que sabem pouco a Libras, e três deles não compreende nada. Vemos aqui outro desafio vivenciado pelo professor e também pelo aluno surdo: uma vez que o docente não compreende a língua materna do surdo, logo, não existe o domínio de uma língua comum à ambos, a comunicação direta e eficaz entre eles fica impossibilitada de acontecer, dificultando até mesmo a própria construção do conhecimento. Sobre esse assunto, Gonçalves e Festa (2013, p. 6)

dissertam que “para que o aluno Surdo possa ter sucesso em sua vida escolar, faz-se necessário que o professor regente tenha conhecimento acerca das singularidades linguísticas e culturais desse aluno”. Barbosa *et al.* (2015, p. 213-214), também argumenta:

A formação em Libras de modo fluente é recomendada ao professor de todas as áreas e níveis de ensino, pois este aparece como o mediador do processo de inclusão dos surdos, tornando-se um agente transformador dotado de análise crítica da realidade e responsável também pelo sucesso do projeto pedagógico educacional. [...] O professor que possui conhecimento sobre a língua materna do aluno surdo pode auxiliar na troca de informações, na compreensão da disciplina, na capacidade de construção de autoimagem positiva, na formação de confiança e, conseqüentemente, no processo de inclusão.

Dessa forma, quando o professor conhece a língua, pode trocar informações sobre os conteúdos, facilita a construção de vínculo com o discente; o aluno passa a ter mais confiança no que está sendo ensinado pelo docente e interpretado pelo intérprete e já que nem todos os conteúdos esse domina, faz-se necessário vez ou outra que o docente sane algumas dúvidas, que com apenas a interpretação não é possível que o aluno compreenda. E dessa forma, a inclusão passa a acontecer de fato.

Portanto, as autoras compreendem ser essencial acontecer uma reorganização na estrutura da escola, no atendimento ao aluno surdo, nas oportunidades que são dadas aos seus professores, pensando em uma educação melhor entendemos ser crucial que o estado invista mais em capacitações, como forma de oferecer não só aos professores avanços na sua profissão, mas pensando em quem é o centro desse processo de ensino-aprendizagem, que são os discentes e em especial nos alunos surdos, que merecem e têm o direito de ser incluídos.

## 7 Considerações finais

Ao término desse trabalho, as autoras concluem a partir das nossas leituras sobre o tema, das respostas obtidas no questionário e das inferências dos autores que o processo de inclusão para os alunos surdos se configura como uma importante atitude para que esses tenham oportunidade a uma educação digna,

que valorize e contemple suas subjetividades e necessidades.

Nesse sentido, requer das instituições educacionais mudanças de metodologias, políticas públicas, estruturas físicas adequadas, um currículo reorganizado que leve em consideração as especificidades dos sujeitos, que oportunize capacitações para seus profissionais, para que adquiram estratégias e aconteça um alargamento nos seus conhecimentos, que são essenciais para desenvolver o seu papel com êxito, permitindo que a inclusão saia do papel e passe a existir na sala de aula.

As autoras percebem que, a partir das respostas dos participantes no questionário, que entendem a importância da inclusão, porém ainda vivenciam diversos desafios no trabalho com alunos surdos. Afirmam não estarem preparados para trabalhar com esses alunos, pois há falta de capacitações, não compreendem a língua materna dos alunos, que é a Libras, dificultando o processo de comunicação entre eles. Há necessidade de materiais específicos e condições favoráveis para o desenvolvimento das atividades e os docentes ainda estão bastante dependentes do intérprete para desenvolver o conteúdo juntos aos discentes. Tudo isso se constitui como empecilho para atender a tudo que preza a inclusão.

É necessário que toda equipe envolvida se una, pense em melhores estratégias para contornar esses desafios. É preciso ainda, que o município oportunize mais capacitações para seus professores, pois se sabe que o mundo sofre mudanças todos os dias e isso requer que todo profissional se atualize, se qualifique, busque novas maneiras de ensinar, prezando sempre pelo respeito às diferenças, características e dificuldades de cada um. Além disso, é importante que as escolas reestruturem seus currículos e entendam que a mesma não é homogênea, assim precisa pensar metodologias em para a diversidade.

Portanto, a partir da discussão realizada ao decorrer desse trabalho, é conseguido atingir os objetivos almejados. Assim, as autoras esperam que o referido traga contribuições significativas sobre a inclusão de alunos surdos, além da formação contínua aos docentes para que desenvolvam uma prática consciente e inclusiva, e que sirva também como norte para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, possibilitando aos leitores entender e/ou ampliar mais os conhecimentos sobre a discussão aqui levantada.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. B. F. A busca do reencantamento do professor. *In*: ANGOTTI, M. (org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. p. 88-174
- BRASIL. **Lei N° 10.436**. Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: jun. 2021.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica..** Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: nov. 202
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm) Acesso em: nov. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Princípios, política e práticas em Educação Especial**. Espanha, 1994.
- FINI, D. A.; FETZNER, A. R. Os currículos praticados no cotidiano escolar de duas turmas dos anos iniciais na educação de surdos – INES. **Revista Espaço**, v. 47, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i47.361>. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/361> Acesso em: mai. 2020.
- GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- GONÇALVES, H. B.; FESTA, P. S. V. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET*, 2013. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf>. Acesso em: nov de 2020.
- LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno CEDES**, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.
- MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. **Educação**. Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 319-326, 2007.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES, M. L. A formação do professor para educação de surdos. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 13, 2017, Curitiba.

**Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957\\_11835.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957_11835.pdf). Acesso em: abr. 2020.

MARQUES, M. L. A formação do professor para educação de surdos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO (SIRSSE), 4., SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE (SIPD / CÁTEDRA UNESCO), 6., 2017, Curitiba. Anais... PUCPR: Educere, 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957\\_11835.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22957_11835.pdf). Acesso em: mai., 2020.

MARTINS, L. A. R. Da Educação especial à inclusiva: um longo caminhar. In: SILVA, M. F. (org). **Educação Inclusiva: uma visão diferente**. Natal: Ed. UFRN, 2003. p. 25-36.

OLIVEIRA, W. L. *et al.* Professor e o aluno surdo no ensino regular: revisão sistemática da literatura. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/icone/article/view/9653>. Acesso em: nov de 2020.

PAULON, S. M. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

ROCHA, A. B. O. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaio Pedagógicos**, v. 7, n. 2, Jul/Dez 2017. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: mai., 2020.